



PODER LEGISLATIVO DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

10.º Legislatura

TERCEIRA MENSAGEM ANUAL À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1.ª Sessão Extraordinária (Solene) de instalação da 3.ª Sessão Legislativa, realizada em 1.º de março de 1985

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Pela terceira vez, tenho a honra de me dirigir à Egrégia Assembléia Legislativa de São Paulo para o cumprimento do dever constitucional de apresentar, em Mensagem, relato sobre a situação do Estado. Tal dever, tradicional em nosso direito, pois já figurava na Primeira Constituição da República, permite ao Chefe do Poder Executivo dar conta, anualmente, ao ensino da abertura dos trabalhos legislativos, da situação do Estado, bem como solicitar as providências que julgar necessárias.

Esta Mensagem é feita num momento de alta significação histórica para o País. Vivemos tempos que dão novos rumos à vida pública nacional. Na última Mensagem, tive a ocasião de assinalar a presença de São Paulo na emocionante campanha cívica que empolgou o País, o MOVIMENTO PELAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Após aquela Mensagem, datada de 31 de março de 1984 e, especialmente, após o comício histórico da Praça da Sé, realizado em 25 de janeiro daquele ano, o movimento cresceu de forma impressionante, assumindo o caráter de manifestação política nacional, que só um povo consciente e apto à democracia poderia realizar. Em todo o Brasil, multidões compareceram às praças públicas para, a uma só voz, exigir a retomada da democracia. E, neste Estado, o momento culminante foi a passeata e manifestação do Anhangabaú. Um milhão e meio de pessoas, na maior festa cívica de nossa história, expressaram entusiasmadamente a vontade e o anseio da população. Velhos e moços, patrões e empregados, homens e mulheres, de todas as classes e convicções, irmanaram-se com suas lideranças e com seus governantes, numa comunhão de aspirações e vontades. A autenticidade e a força do Movimento desmentiram o pessimismo dos analistas que sempre apontaram em nossa gente uma alienada não-participação nas grandes causas nacionais.

Lamentavelmente, uma minoria, sustentada em legislação pré-fabricada para propósitos continuistas, derrotou a Emenda Dante de Oliveira, ameaçando frustrar um movimento dos mais belos e puros já ocorridos no País.

Mas durou pouco a indecisão e a tristeza. Os líderes políticos democráticos, os partidos de oposição, as forças populares, os segmentos da sociedade civil e os trabalhadores em geral superaram a derrota das eleições diretas e prosseguiram na luta pela implantação da democracia.

Em junho de 1984, os Governadores de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Pará, Amazonas e Acre, reunidos em São Paulo para o exame conjunto da situação nacional, deliberaram:

I — Reafirmar a importância histórica das eleições diretas para Presidente da República e empenhar todos os esforços, no plano parlamentar e popular, pela aprovação de Emenda Constitucional que devolva ao povo brasileiro o direito de escolher seu Presidente;

II — Considerar, com vistas a essa aprovação, de importância decisiva a apresentação de um candidato único das forças democráticas, que ofereça ao País a segurança de uma transição pacífica e a execução de um programa de mudanças fundamentais que a Nação exige;

III — Propor à sociedade civil, aos partidos de oposição e às demais correntes democráticas do País que promovam já o lançamento de seu candidato único às eleições diretas para Presidente da República, comprometido com o programa básico;

IV — Sugerir os seguintes pontos para o programa básico, que terá como pressupostos a moralidade da administração e a austeridade nos negócios do Estado:

1. eleições diretas-já e poderes constituintes ao Congresso a ser eleito em 1986;
2. novo tratamento da dívida externa, de modo a permitir a reativação da economia e o fim da recessão;
3. fortalecimento do mercado interno e programa de emergência contra a fome e o desemprego;
4. autonomia sindical e fim da política de achatamento de salários;
5. reforma tributária que fortaleça financeiramente os Estados e Municípios, com a União assumindo e viabilizando o resgate de suas dívidas;
6. acesso à terra, apoio à produção agropecuária e melhoria das condições de vida das populações rurais.

V — Caminhar unidos em torno de seu candidato único até as eleições diretas.

Nessa reunião, manifestaram os Governadores, por unanimidade, sua preferência pelo nome do Governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, para disputar, em eleições diretas, a sucessão presidencial. Mas, afastada essa possibilidade, havia outras trincheiras que não poderiam ser abandonadas. A luta maior do povo era pela democracia e contra o autoritarismo, pela mudança e contra o continuísmo. Não se podia desconhecer que, por força da legislação vigente, haveria um Colégio Eleitoral que em data certa escolheria o novo Presidente da República. Não se poderia ignorar tal fato. Olvidá-lo e omitir-se significaria entregar o País à continuidade do autoritarismo.

Sustentados pela opinião popular, Governadores e Partidos da Oposição, já agora acompanhados por importantes setores do Partido Oficial, inclusive Governadores, decidiram constituir uma frente nacional de apoio a Tancredo Neves para, com ele, iniciar o processo de democratização do País, assegurando eleições diretas. Constituinte, respeito à soberania nacional diante da dívida externa, retomada do desenvolvimento, programa de emergência contra a fome e desemprego, liberdade e autonomia sindical, fim do arrocho salarial, acesso à terra, distribuição mais justa da renda nacional, Governadores e Partidos da Oposição, líderes políticos integrantes da Aliança Democrática nada exigiram do candidato Tancredo Neves, senão aqueles compromissos com a Nação, inseridos em documento amplamente divulgado e que se sintetizam nos pontos acima enumerados. O objetivo é um Governo que, restaurando o pleno exercício da Democracia, estabeleça o encontro do Estado com a Sociedade e promova o bem comum.

E novamente o povo foi às ruas e praças, com o mesmo entusiasmo e fé, apoiando o candidato Tancredo Neves. Este empenhou-se numa campanha popular. Não se limitou a buscar maioria no Colégio Eleitoral. Procurou as bases, foi ao encontro das massas, expondo suas idéias e pregando seu programa. São Paulo, comprometido com a vontade popular, através de seu Governador, de seus Secretários de Estado, de seus parlamentares, federais e estaduais, não fugiu, pois, à luta, não se omitiu nem entregou o poder aos que nele permaneceram por mais de vinte anos. Assumimos responsabilidades e cortemos os riscos. A sustentação popular demonstrou que estávamos certos, afinados com os legítimos anseios de toda a Nação.

A vitória esmagadora de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro, significou que, acima de interesses pessoais e de partidos, pensou-se no Brasil e no seu povo, no seu presente e no seu futuro. Foi a vitória da pressão popular. Foi a legitimação de um candidato que expressou o sentimento da gente brasileira. O resultado do Colégio foi o da eleição feita nas ruas e praças de todo o território brasileiro. O povo foi o grande vencedor e o agente impulsionador dessa vitória.

A eleição de Tancredo Neves para a presidência da República marca o início de uma árdua caminhada rumo à reconstrução do País. Depois de 20 anos de uma centralização que enfiou recursos e poderes em mãos do governo federal, chegou a hora de se iniciar o processo de devolução da autoridade, competências e recursos aos Estados e Municípios. É preciso realizar a obra democrática de colocar o Governo mais próximo do povo.

A tarefa urgente e prioritária que se coloca diante da Nação é a retomada do crescimento econômico, para permitir a geração de novos empregos, com melhor remuneração, distribuição mais justa da renda nacional e acesso equitativo aos bens sociais. Em suma, desenvolvimento econômico e social.

Mas, como gerar rapidamente mais empregos para nossos milhões de desempregados? Não será com rotinas administrativas, mas com alternativas criadoras e participativas capazes de reativar setores da produção que empregam mais mão-de-obra e que produzem bens de consumo popular. Ao contrário da centralização autoritária e dependente, impõe-se ao País a tarefa patriótica e inadiável de implantação de modelo descentralizado e de participação comunitária. Essa luta por um novo federalismo significa maior autonomia para os Estados e fortalecimento dos Municípios. É uma luta por melhor distribuição de recursos, mais eficiência e maior participação da comunidade.

A obra de democratização deverá ser acompanhada de maior controle social na aplicação dos recursos para atender as necessidades básicas da população. Como disse Tancredo Neves, "concentração do poder e descentralização administrativa serão os eixos da construção da sociedade livre e democrática".

Em São Paulo, nesses dois primeiros anos de governo, já temos experiências de descentralização e participação da comunidade, que fortaleceram o poder de fiscalização e decisão local: municipalização da merenda e das construções escolares, dos centros de saúde e dos centros comunitários; Conselho Municipal BANESPA, em todas as regiões do Estado; Nossa Caixa Municipal, já introduzida em mais de 200 municípios; Fundo Municipal de Solidariedade, em quase todos os municípios; novas Regiões de Governo, Conselho da Mulher, do Meio Ambiente, da Comunidade Negra, do Menor etc.

Algumas dessas iniciativas poderão ser levadas ao plano federal. A municipalização da merenda escolar é uma delas: em São Paulo estamos transferindo esse ano mais de 135 bilhões de cruzeiros para os municípios. Agora, são as Prefeituras que compram na própria região os alimentos para a refeição dos alunos e outros setores carentes da população. Esta merenda escolar municipalizada e sadia já atinge diariamente 4 milhões e 300 mil crianças. A nível federal, a merenda escolar movimentaria recursos da ordem de 1 trilhão de cruzeiros, que, através dos Estados, deverão ser repassados para os 4.000 municípios de todo o País.

Há muitas outras possibilidades de descentralização e participação da comunidade na administração, a nível local, dos recursos do BNH, do PIS/PASEP, da Previdência e Assistência Social, da LBA, do FINSOCIAL e muitos outros.

A idéia-força do novo Federalismo é a valorização do município como célula básica da nossa organização política e como instrumento de interiorização do desenvolvimento.

O critério para isso é simples. Basta seguir o bom senso: tudo o que puder ser feito pelo município não deve ser atribuído ao Estado ou à União. Tudo o que puder ser feito pelo Estado não deve ser feito pela União. A União deve ficar com as grandes tarefas de amplitude realmente nacional.

São Paulo, por seu peso político, econômico e social, terá alguns de seus homens públicos e técnicos em relevantes funções federais. Mas, independentemente de cargos ou postos, colaborará com o Presidente Tancredo Neves, dando-lhe nestes próximos meses, difíceis e definitivos, todo o seu potencial de trabalho, recursos e experiências em prol de melhores dias para o povo brasileiro. Nossa fé democrática renovou-se e as esperanças de nosso povo, manifestadas nas ruas e praças, nos sindicatos e associações de classe, nas escolas e nos locais de trabalho, nas igrejas e partidos políticos, encontraram suas primeiras respostas com as mudanças apontadas pelo novo Presidente da República: "Enquanto houver, no País, um só homem sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras, toda a prosperidade será falsa."

São Paulo cumpriu seu dever e caminhará junto ao novo Presidente e aos Governos de outros Estados para construção de um Brasil democrático, nesse resgate da liberdade para um povo que quer ser senhor do seu destino.

Senhor Presidente
Senhores Deputados

No ano de 1984, além da intensa movimentação política, que culminou com a vitória da democracia, promoveu-se, neste Estado,

expressivo progresso no saneamento financeiro do setor público e foi possível realizar, como se verá através desta Mensagem, um conjunto de obras e serviços de grande conteúdo social.

Mercê de uma política de austeridade e rigorosa prioridade do interesse público, houve um substancial crescimento nos recursos destinados à área social.

SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
Após a forte depressão de 1983 e da maior crise econômica vivida pelo Brasil e especialmente por nosso Estado, houve no segundo semestre de 1984, um início de recuperação da economia nacional. Por esse resultado recente e por suas características, ainda não houve uma redução significativa dos efeitos da crise econômica, seja sobre as condições de vida da população, seja sobre as finanças estaduais.

Cabe sublinhar que, nas condições atuais, a recuperação econômica tem como fator dinâmico mais importante o setor externo, especialmente o crescimento das exportações de produtos manufaturados e seus efeitos multiplicadores sobre os demais setores da economia. Esta realidade é responsável por comportamentos desiguais dos diferentes setores industriais: a produção total das indústrias de bens de capital e de produtos intermediários, beneficiárias das exportações, cresceu a taxas bem superiores às da produção das indústrias de bens de consumo, mais ligadas ao mercado interno.

AS FINANÇAS ESTADUAIS
Para as finanças estaduais, o efeito deste desempenho econômico verifica-se na arrecadação do ICM — Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

Como se observa pela Tabela 1, apesar do início de recuperação econômica, o nível da receita real do ICM em 1984 foi quase 20 por cento inferior ao de 1980. Em outras palavras: se a receita real do ICM tivesse em 1984 o mesmo nível de 1980, o Estado arrecadaria cerca de Cr\$ 1,3 trilhão a mais (ver Tabela 2). De fato, no biênio de 1983-1984, o Governo do Estado perdeu em receita do ICM, devido à crise econômica, cerca de Cr\$ 2,6 trilhões (a preços de 1984). Igualmente a perda dos Municípios de nosso Estado foi bastante significativa: Cr\$ 650 bilhões.

Ano	Índice por habitante	Produção Industrial	Emprego Industrial (de cada um)	Índice geral de preços	ICM
	Brasil	São Paulo	São Paulo	Brasil	São Paulo
1980	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1981	96,1	93,4	99,8	210,0	91,3
1982	94,6	91,7	87,2	410,0	95,1
1983	99,4	86,2	78,4	1.043,6	81,4
1984*	90,8	92,0	73,4	1.546,0	80,3

* 1984 — preliminar
(Fonte: Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo)

TABELA 2
Comparação da Arrecadação do ICM — Quota-Parte Estado
(Valores Reais)

Ano	Receita do ICM a preços de 1984 (Cr\$ milhões)	Decréscimo com relação a receita de 1980 (Cr\$ milhões)
1980	6.837.245	—
1981	6.248.440	588.805
1982	6.502.526	334.719
1983	5.565.186	1.272.059
1984	5.501.892	1.335.352

(Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo)

Observou-se em 1984 a divergência entre o ritmo de recuperação da atividade econômica e a evolução da receita real do ICM. Essa receita, em termos reais acumulados, caiu cerca de 4,4 por cento em relação ao ano anterior. Este resultado é derivado do fato de o crescimento recente ser baseado nas exportações de manufaturados, que não pagam o ICM.

Aproveito a oportunidade para notar a iniquidade dessa não-cobrança do ICM sobre as exportações industriais. Parece conveniente que tais exportações continuem usufruindo da isenção de impostos, mas não é razoável que o custo dessa isenção recaia sobre os Estados. Pode-se estimar que, por conta da isenção do ICM, o Governo de São Paulo perdeu em 1984, mais de 1 trilhão de cruzeiros, e os municípios paulistas, cerca de Cr\$ 250 bilhões. Apenas as exportações da COSIPA, se pagassem ICM, renderiam para o Tesouro do Estado o equivalente a mais de Cr\$ 80 bilhões e, no caso da indústria automobilística, esse montante ultrapassaria os Cr\$ 360 bilhões. Ora, tanto o setor siderúrgico, como o automobilístico reclamam, direta e indiretamente, forte demanda por serviços públicos nas áreas de transporte, saúde, educação, segurança e combate à poluição. Esses serviços correm por conta do Estado e das Prefeituras que, entretanto, vêem-se privados de receitas sobre valor produzido por aqueles setores.

OUTRAS RESTRICÇÕES DECORRENTES DA CRISE

Como foi dito na Mensagem do ano passado, as consequências adversas da crise sobre as finanças estaduais não se esgotam apenas nos aspectos tributários. Outro foco de problemas são as operações de crédito, que decorrem da dívida herdada de administrações anteriores, dos acordos com o FMI e do discutível conceito de "déficit" público definido por essa instituição.

Como denunciamos inúmeras vezes, tem havido considerável limitação para o refinanciamento da dívida externa do Estado. Nela incluem-se não apenas a dívida do Tesouro, que representa uma fração pequena do total, mas, principalmente, as dívidas das autarquias e empresas controladas pelo Estado.

Tres são as limitações e problemas existentes nesse terreno:
1.º — os limites da "rolagem" (roll over) fixados pelo Governo Federal, em torno de 70 por cento dos juros e amortizações da dívida;
2.º — as Resoluções 831 e 923 do Banco Central, que praticamente congelam em termos reais as operações de crédito dos bancos com o setor público, uma vez que fixam limites para o crescimento